Relatório de Controle Interno Anual
Exercício 2016

Senhor Presidente, vimos apresentar o Relatório Anual de Controle Interno, conforme verificações estabelecidas pela Resolução C.A./BERTPREV 03/15

PPA / LDO e LOA

O Plano Plurianual apresenta, por programa de governo, as despesas de capital e programas de duração continuada para quatro anos. O PPA, bem como a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA, foram discutidas com os Conselhos do Instituto, conforme atas das reuniões de 02/09/2013 para o PPA; 03/09/15 para a LOA e 17/04/2015 para a LDO, que estão disponíveis no site do Instituto. Nenhum projeto foi incluído sem que os antigos contassem com verba orçamentária, o orçamento foi detalhado até o elemento de despesa, o orçamento não possui autorização genérica para transposições, remanejamentos ou transferências. Foi prevista reserva de contingência para suprir passivos ocasionais.

Gestão da Receita

Não há alertas emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; não houve falta de contabilização de receita; houve retenção do ISS e IR sobre o pagamento de serviços.

Despesas Gerais

O Instituto não realizou despesas impróprias; os processos de adiantamento de verbas atendem à Lei Municipal 1.176 de setembro de 2015; Na prestação de contas de adiantamentos, o nome da empresa coincide com o CNPJ; As Notas de Empenho estão detalhadas até o nível do elemento de despesa; O responsável pela liquidação está identificado na nota fiscal encaminhada à contabilidade para pagamento, as notas fiscais identificam o

prestador do serviço ou vendedor do produto, as ordens de pagamento são assinadas pelo ordenador da despesa.

Encargos Sociais

O Instituto possui Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, válido; Os valores recolhidos ao PASEP são compatíveis com a receita.

Execução Orçamentária

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo não emitiu alertas quanto a déficit anual ou aumento da dívida líquida de curto prazo; não houve cancelamento de restos a pagar; não é recorrente alterações orçamentárias por meio de créditos adicionais, transposições, remanejamentos ou transferências.

Licitações e Contratos

Os Editais estão conforme as Súmulas 14 a 30 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; Os objetos das licitações foram bem definidos; Houve apenas uma licitação por modalidade Convite em 2016; relativamente à despesa total, não tem sido elevado o nível de contratações diretas; não houve excesso de aditamento contratual em 2016; em compras ou contratações o Instituto realizou pesquisa com três ou mais fornecedores.

Pessoal

Uma servidora efetiva, aprovada em concurso público para o cargo de procuradora, foi admitida em 14/03/2016. Foram concedidas vinte e seis aposentadorias e três pensões por morte, no ano de 2016. O Instituto encaminhou, por meio do sistema SisCAA, a movimentação de pessoal bem como os atos concessórios de aposentadorias e pensões. Não há programas de treinamento instalado, apesar de haverem capacitações ao longo do ano, como o curso in loco de regras para concessão de benefícios, aposentadoria

especial e instrução de processos administrativos, oferecido aos servidores e conselheiros do Instituto, assim como participação em congressos com temática de regimes próprios de previdência. O único cargo comissionado do Instituto é o da Presidência, que não recebe horas extras. Na ocorrência de falta do servidor, esta é devidamente registrada no prontuário funcional do servidor.

Tesouraria

As conciliações bancárias têm sido feitas em períodos mensais; Os pagamentos são feitos após o prévio empenho e com assinatura do ordenador da despesa; A ordem cronológica de pagamento tem sido obedecida.

Previdência

Há convênio com o Ministério da Previdência Social para fins de compensação financeira; Cadastro do Comprev está em ordem; Houve homologações das aposentadorias e pensões, referente ao exercício de 2015.

Almoxarifado e Bens Patrimoniais

Foi realizado o inventário anual do almoxarifado; foi realizado o inventário anual de bens móveis; para cada bem de caráter permanente, há servidor designado para guarda e administração; há seguro para o automóvel e para o imóvel locado para sede do Instituto.

Transparência

O Instituto divulga, em sua página eletrônica, informações alusivas a procedimentos licitatórios e ações governamentais

Balanços Contábeis

Consistência entre os sistemas orçamentário e financeiro:

Resultado financeiro do ano anterior = R$ 237.623,035,28

Variações Ativas (resultado orçamentário) = 97.903.489,91

Variações Passivas (financeiro) = 20.503.443,57

Resultado financeiro do ano examinado (saldo para o exercício seguinte) = R$ 315.023.081,62

Consistência entre os sistemas econômico e patrimonial:

Saldo patrimonial do ano anterior: R$ (-)130.447.046,82

Resultado econômico patrimonial do ano examinado: R$ 81.881.722,07

Saldo patrimonial do ano examinado: R$ (-) 48.565.324,75

Exames Gerais

O Regime Previdenciário foi criado por lei de iniciativa do Poder Executivo; não há pagamento de aposentadorias e/ou pensões sem existência do regime próprio de previdência; foi realizada avaliação atuarial referente ao exercício em exame; Para histórico, e melhor entendimento, transcrevemos a situação até o final de 2015 *"O DRAA foi postado em 08/10/15, fruto do Cálculo Atuarial 2014, que teve como opção o RPPS mantendo somente aposentadorias e pensões, sendo firmado e assinado pelas autoridades competentes do Poder Executivo. Todavia, apesar do BERTPREV ter enviado a Minuta de Projeto de Lei à Prefeitura do Município de Bertioga, no modelo de RPPS antes citado e o DRAA ter sido enviado ao MTPS, a Prefeitura enviou Projeto de Lei à Câmara Municipal diferente, com a manutenção do modelo de RPPS com todos os benefícios previdenciários, sendo assim aprovado pelo Poder Legislativo. Por conta disso, com a publicação da LC 119/15, promoveu-se a retificação do DRAA para readequação à lei aprovada em 30 de dezembro de 2015", após estes fatos,* a Secretaria da Previdência, antigo Ministério da Previdência, acusou o recebimento, e gerou uma notificação de irregularidade sob o nº 03295/16, onde aponta a necessidade de remodelagem do plano de amortização ou um novo plano, vigente em lei, que

seja suficiente para amortizar integralmente o déficit apontado, sendo esta debatida entre a contabilidade e a empresa de prestação de serviços atuariais, em continuidade, a contabilidade fez contatos com a empresa prestadora de serviços atuariais e o MTPS. Portanto o Instituto enviou a resposta ao MTPS, com o plano de amortização do déficit atuarial, a proposta após análise pelo Ministério foi entendida como suficiente, dentro do período verificado não constam notificações de alerta no CADPREV, outro fato relevante, é o não pagamento do aporte de cobertura do déficit atuarial, por parte da prefeitura, referente a competência 2016, vencida em 31/12/2016, no valor de R$ 3.531.503,19; os integrantes do Regime Próprio são exclusivamente titulares de cargos efetivos; Há registro contábil individualizado das contribuições dos servidores e dos entes patronais; Há participação de representantes dos servidores nos colegiados e instâncias de decisão, tanto nos Conselhos Administrativo e Fiscal quanto no Comitê de Investimentos; foi publicado o demonstrativo financeiro e orçamentário de receita e despesa previdenciária; os benefícios concedidos estão de acordo com a legislação do RPPS; existe conta específica para o fundo previdenciário, distinta da conta da conta geral do Município; a aplicação dos recursos está de acordo com as normas do Conselho Monetário Nacional (Resolução CMN nº 3.922/10); os recursos previdenciários não foram utilizados para empréstimos de qualquer natureza; os bens, direitos e ativos foram avaliados de acordo com a Lei nº 4.320/64; Houve aquisição de Títulos Públicos Federais, nos meses de fevereiro e junho de 2016. A carteira total de Títulos Públicos Federais, em dezembro de 2016 estava avaliada em R$ 127.554.965,26; Está sendo aplicada a Portaria n° 916/03 devidamente atualizada na sua contabilização; a taxa de administração conforma-se ao limite de até 2% do total da remuneração paga aos servidores ativos e inativos relativamente ao exercício anterior; as contribuições e os recursos do Instituto foram utilizados, exclusivamente, em benefícios previdenciários com exceção dos recursos advindos da taxa de administração; o regime próprio mantém seus segurados informados quanto à sua gestão; os recursos provenientes da compensação financeira estão sendo utilizados somente para pagamentos de benefícios previdenciários; os atos concessórios dos benefícios de aposentadoria e pensão foram encaminhados ao TCESP, utilizando o sistema SISCAA; foram encaminhados os demonstrativos previstos

na Portaria MPS 402/08 à Secretaria de Previdência Social; a base cadastral está atualizada; a folha de pagamento dos segurados é produzida separadamente; levando em conta que até a data final de verificação deste relatório;

Bertioga, 27 de junho de 2017

Jean Mamede de Oliveira
Presidente da Comissão de Controle Interno

Kátia Hidalgo Daia
Comissão de Controle Interno

Patrícia Ramos Quaresma
Comissão de Controle Interno